

Associtrus protesta e deputado retira emenda à Medida Provisória 292

O deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP) retirou a emenda à Medida Provisória (MP) 292, que pedia revogação de dispositivo da lei 10.149 (Lei de Defesa da Concorrência) de 2000, que impede qualquer tipo de acordo nos moldes do TCC (Termo de Compromisso de Cessão).

O parlamentar foi pressionado em manifestação pacífica da Associtrus, que mobilizou citricultores, dia 2 de agosto, em Brasília.

A aprovação da emenda de Marquezelli, abriria caminho para o acordo proposto há uma semana na indústria ao Cade para

pôr fim às investigações de cartel. O Cade condicionou o acordo ao pagamento de multa de R\$ 100 milhões para o encerramento das investigações. Os documentos apreendidos na Operação Fanta também seriam devolvidos às indústrias processadoras.

A Associtrus contou com o apoio do deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) e de seus assessores, que orientaram os diretores da associação com a indicação das comissões ligadas à agricultura. (Pág. 3)



Em Brasília - Representantes da Associtrus fazem manifestação, na Câmara dos Deputados.

Citricultores apóiam trabalho da Associtrus

Produtores de Cajobi, Paraíso, Cordeirópolis, Bebedouro e de outros municípios citrícolas apóiam as propostas da Associtrus referentes à criação do Consecitrus e ao reajuste no preço da caixa da laranja para R\$ 15, custo médio de produção da região citrícola de São Paulo. Eles estão cientes de que o valor estipulado pela planilha de custos da entidade é justo e de que o momento é de união.

A Associtrus trabalha na divulgação de informações aos citricultores através de reuniões e do seu site (www.associtrus.com.br).



Comprometimento - Produtores lotam reuniões promovidas pela Associtrus.

Indústrias e produtores entram em acordo

Fechado dia 4 de agosto, em reunião na sede da Faesp (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo), acordo sobre o valor do adicional a ser pago nos contratos de fornecimento da matéria-prima para a safra 2006/07. A negociação, feita a pedido dos produtores, leva em conta os ganhos da indústria depois da passagem do furacão Wilma pela Flórida, nos EUA, que provocou forte alta nas cotações do suco de laranja concentrado e congelado negociados no mercado futuro de Nova York.

A Associtrus cobrou um posicionamento do senador Aloizio Mercadante, mediador do governo nas negociações, dia 2 de agosto, em Brasília.

A associação espera que as negociações tenham seqüência com a elaboração do Consecitrus, modelo de contrato que objetiva harmonizar as relações entre produtores e indústrias. (Pág. 6)

**Coinbra-Frutesp
Operação Fanta julga
processo (Pág. 4)**

**Associtrus marca
presença na Semana
da Citricultura (Pág. 4)**

**Eleita a diretoria da
Amcisp (Pág. 5)**

**Aluguel de equipamentos
agrícolas em Cajobi
(Pág. 6)**

Posicionamentos da Associtrus

A Associtrus – Associação dos Citricultores do Estado de São Paulo, em face das notícias veiculadas na imprensa escrita em 27/06/06 e da consulta pública nº 10/2006 disponibilizada no site da SDE informando os termos da proposta de acordo formulada pelo CADE e SDE para as Indústrias processadoras de Suco de Laranja, investigadas na “OPERAÇÃO FANTA”, visando ao encerramento do procedimento investigatório mediante pagamento de uma multa de R\$ 100 milhões a ser rateada entre as indústrias, vem a público tecer as seguintes considerações:

Esta associação, em cumprimento às suas disposições estatutárias, vinha há muito tempo, solicitando a interferência dos órgãos governamentais no mercado citrícola, diante dos inúmeros indícios de manipulação de mercado por parte do restrito grupo de indústrias processadoras de suco.

Em decorrência da atuação da Associtrus, houve o desencadeamento do processo investigatório conhecido como “OPERAÇÃO FANTA”, que, segundo a própria SDE (Secretaria de Direito Econômico), constituiu-se na maior operação desta natureza realizada por aquela Secretaria, com enorme repercussão na mídia, trazendo alento aos

produtores, que há muito vêm sendo vítimas da manipulação do mercado.

A documentação apreendida nessa operação e que permanece em poder da SDE, constitui-se em inigualável oportunidade de se constatar a eventual existência de cartelização do setor e dos procedimentos e práticas que conduziram os citricultores a um estado de penúria, traduzido pela expulsão de mais de 15.000 pequenos e médios produtores do ramo citrícola.

Infelizmente, toda a disposição demonstrada pelos órgãos públicos envolvidos na referida operação - que autorizava a crer que as investigações seriam levadas até uma conclusão definitiva sobre a eventual existência de cartel, seus mecanismos e seqüências - arrefeceu, conforme se noticia na imprensa e se constata dos termos do acordo proposto, dando conta de que estão oferecendo oportunidade de acordo às indústrias, com a paralisação das investigações mediante o pagamento de multa pecuniária.

A impunidade que se vislumbra com a possibilidade de concretização do acordo é estardalosa. A monumental e bem sucedida operação que mobilizou a estrutura da SDE, do CADE, da Polícia Federal e do Poder Judiciário,

e que resultou na apreensão de mais de 30 sacos de lixo de 100 litros de documentos, além de computadores, disquetes e CPUs, e que mostrou cenas prosaicas como a prisão do diretor de uma das empresas, que tentava fugir levando documentos escondidos nas próprias vestes, corre o risco de terminar com a assinatura de um Termo de Compromisso, que só trará benefícios para as indústrias investigadas, em detrimento dos produtores de laranja, cuja permanência na atividade continuará seriamente ameaçada

É lamentável constatar que a cultura da impunidade se faz cada vez mais presente, para a desesperança daqueles que dependem da efetividade dos órgãos públicos. E é exatamente o que acontecerá, caso o acordo informado venha a se concretizar, já que além de representar um prêmio ao descumprimento de compromissos assumidos, uma vez que estamos diante de empresas reincidentes nesta modalidade de acordo, o montante atribuído a título de multa, a ser rateado entre todas as indústrias investigadas, caracterizará não uma punição, mas sim um prêmio, diante da insignificância do montante em relação a todo o prejuízo causado pelas indústrias.

Vale informar que uma das justificativas para a concessão do acordo é a de que os fatos investigados teriam ocorrido antes da vigência da Lei 10.149/00, que introduziu a proibição de conceder acordos para empresas investigadas por formação de cartel. O que causa perplexidade é que essa tese vem sendo atacada pelo próprio CADE, cujo plenário tem negado a outras empresas os benefícios que ora oferece às indústrias de suco, em face de descumprimento de acordo anterior.

Ademais, como pode a SDE afirmar tratar-se de investigações de fatos anteriores à vigência da lei que impede acordos para empresas investigadas pela prática de cartel, se os documentos apreendidos permanecem lacrados e sequer foram

analisados pelas autoridades públicas?

Aliás, ao concordarem em não examinar os documentos e devolvê-los às empresas, as referidas autoridades estão renunciando ao dever legal que possuem de agir de ofício na investigação dos fatos e documentos apreendidos, para somente depois emitirem afirmações fundamentadas ou conclusão sobre existência ou não de cartel e qual o período efetivamente abrangido pelas eventuais práticas anti-concorrenciais.

Desta forma, objetivando impedir o acordo que reputa ilegal, a Associtrus impetrou Mandado de Segurança Preventivo que tramita perante a Justiça Federal do Distrito Federal, tendo por fim a proibição de concessão de qualquer tipo de acordo que implique em cessação das investigações, tendo a Magistrada responsável pelo feito, DEFERIDO LIMINAR para que a SDE e o Cade, até decisão final do referido Mandado de Segurança, fique impedidas de devolver a documentação apreendida na “OPERAÇÃO FANTA”.

Acreditamos na vitória do presente Mandado de Segurança, o qual terá o condão de impedir ou anular qualquer acordo para cessar as investigações em andamento, sem que todos os fatos e documentos apreendidos sejam devidamente analisados.

Por fim, informamos que a Associtrus providenciará a interpeleção judicial dos Senhores Ministro da Justiça, Procurador Geral da República, Procurador Geral da Justiça do Estado de São Paulo, Procurador Geral do Estado de São Paulo e demais autoridades públicas, noticiando-os sobre os fatos envolvendo as mencionadas investigações e posicionando o dever de investigação nos termos de nosso ordenamento civil e criminal.

Atenciosamente

Associtrus

Não deixe de participar! Associe-se

Solicite sua ficha de cadastro de sócio na sede da Associtrus, na rua Prudente de Moraes, 514 (estacionamento da Credicitrus) ou pelo site www.associtrus.com.br

A contribuição quadrimestral é obtida multiplicando-se a estimativa de caixas a serem colhidas por U\$ 0,01 (um centavo de dólar). O valor resultante pode ser pago em três parcelas a serem depositadas a favor da Associtrus no Banco **Credicitrus**, 756, agência 3188, conta corrente 12.845-7.

IMPORTANTE!

Identifique e confirme a sua contribuição.

Para anunciar ligue (17) 3343-5180

EXPEDIENTE

Publicação bimestral da Associtrus
(Associação Brasileira de Citricultores)

Conselho Editorial: Diretoria

Produção, edição e fotos: Iha Comunicação

Tiragem: 6 mil exemplares

Divisão de jornalismo: Eduardo Iha e Carolina Iha

Diagramação: Juliana Iha

Associtrus - Associação Brasileira de Citricultores

Rua Prudente de Moraes, 514 - Centro - CEP: 14.700-120 - Bebedouro - SP

Fone: (17) 3345-3719/3343-5180 - E-mail: associtrus@mdbrasil.com.br

Home Page: www.associtrus.com.br

DIRETORIA

Flávio Pinto Viegas, Douglas Eric Kowarick,
Charles Teixeira e Otto Henrique Mahle Neto.

GSA Tecnologia e Sistemas

A GSA pensa no seu pomar!!!
Preparamos um programa de informática do tamanho do seu bolso.

Sua fazenda, produção, custos e rendas agora ficarão ON-LINE

Procure-nos
Tel.: (19) 3544.8679
contato@gsasistemas.com.br

Deputado retira emenda à MP 292

Em Brasília, citricultores e representantes da Associtrus entregam cartas e uma laranja aos deputados, manifestando-se contra emenda de Néelson Marquezelli

O deputado Néelson Marquezelli (PTB/SP) retirou a emenda à Medida Provisória (MP) 292, que pedia revogação de dispositivo da lei 10.149 (Lei de Defesa da Concorrência) de 2000, que impede qualquer tipo de acordo nos moldes do TCC (Termo de Compromisso de Cessação).

O parlamentar foi pressionado em manifestação pacífica da Associtrus, que mobilizou citricultores, dia 2 de agosto, em Brasília. Com faixas, cartas e entrega de laranjas aos deputados, no saguão da Câmara, os produtores pediram para os deputados votarem não à emenda de Marquezelli, que estabelecia o encerramento das investigações por formação de cartel - no caso das indústrias, fruto da Operação Fanta - através da concessão de TCC (Termo de Cessação de Conduta), o que representaria um grande retrocesso para as práticas concorrenciais brasileiras.

Marquezelli entregou aos representantes da Associtrus um documento, assinado por ele, no qual informava a retirada da emenda.

A Associtrus contou com o apoio do deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) e de seus assessores, que orientaram os diretores da associação com a indicação das comissões ligadas à agricultura.

Acordo - Se a emenda do deputado Néelson Marquezelli fosse colocada em pauta e aprovada, ela abriria caminho para o acordo proposto há uma semana pela indústria ao Cade para pôr fim às investigações de cartel. O Cade condicionou o acordo ao pagamento de multa de R\$ 100 milhões para o encerramento das investigações.

A Associtrus se apóia juridicamente na lei 10.149, para sustentar a ilegalidade desse possível acordo e já entrou com mandado de segu-



Manifestação - Citricultores entregam carta e uma laranja aos deputados, no saguão da Câmara, em Brasília.

rança no Tribunal Regional Federal do DF para impedi-lo. A associação já conseguiu uma liminar que impede

o Cade e a SDE de devolver às indústrias os documentos apreendidos na "Operação Fanta", em fevereiro último.

Associtrus lamenta decisão do Cade

Assinatura do acordo com as indústrias de suco trará grandes prejuízos ao setor produtivo

A Associtrus lamenta a possibilidade de o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) assinar, na sessão prevista para 16 de agosto, acordo de cessação das investigações por prática de cartel com as indústrias de suco de laranja (Cargill Citrus, Citrosuco, Coinbra, Sucocitricuco Centrale, Citrovita, Montecitrus).

Apesar da exigência do pagamento de R\$ 100 milhões pelas indústrias, a Associtrus considera o valor irrisório em relação às perdas do setor produtivo provocadas pelo cartel nos últimos 15 anos. "Foram compradas 200 milhões de caixas por ano, ou seja, 3 bilhões de caixas em 15 anos. Se o cartel deixou de pagar US\$ 1 por caixa para o produtor, durante todos esses anos, o prejuízo do citricultor foi equivalente a US\$ 3 bilhões", calcula o presidente da Associtrus, Flávio Viegas.

A assinatura do acordo, o primeiro em que os órgãos da Defesa da Concorrência impõem o pagamento dessa espécie de multa, trará grandes prejuízos para o setor produtivo. "Esse acordo atende exclusivamente aos interesses da indústria, que só vinha negociando um reajuste nos contratos com os produtores em razão das pressões daquela investigação. O acordo fará com que a indústria se retire das negociações, negando-se a pagar o abono de US\$ 1,20 por caixa para esta safra e, principalmente, a discutir o Consecitrus, que objetiva criar condições mais justas e permanentes entre a indústria e a citricultura", observa Viegas.

As perdas para o país também têm sido grandes. "Até 1990, a indústria declarava o preço FOB/Santos em US\$ 2 mil por tonelada, na transferên-

cia para suas subsidiárias no exterior (em valores corrigidos) e nós estimamos que, nos últimos 15 anos, esse preço foi diminuído para uma média de US\$ 1 mil, reduzindo o faturamento das exportações em cerca de US\$ 15 bilhões", diz Viegas.

Esse acordo, vedado pela lei de defesa da concorrência, vem sendo assinado pressupondo-se que os fatos seriam anteriores a 2000. Na verdade, a indústria já assinou com o Cade, em 1994, um acordo de cessação, que não cumpriu. A abertura dos documentos apreendidos na Operação Fanta permitiria que se obtivessem as provas de que as práticas prosseguiram e continuam até hoje.

A proposta de destinar 85% da multa para o Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus) é criticada pela Associtrus, pois "o Fundecitrus

é controlado pela indústria e não tem transparência na utilização dos recursos que, muitas vezes, são usados politicamente, em benefício da própria indústria. Isso equivaleria a devolver para a indústria a maior parte do valor arrecadado", assegura Viegas.

O acordo põe em dúvida o posicionamento dos órgãos de Defesa da Concorrência e, conseqüentemente, do governo Lula, já que advogados que defenderam as indústrias passaram a compor o quadro do governo e vice-versa.

"Quando lembramos que a última campanha do presidente Lula foi financiada pela Centrale e que a indústria contribui para vários programas sociais do governo, infelizmente, questionamos sobre as verdadeiras intenções desse acordo", lamenta Viegas.

Nosso compromisso é transformar suas necessidades em serviços.

www.credicitrus.com.br

Credicitrus®

FERTICITRUS

FERTILIZANTES

Quem aduba com Ferticitrus colhe muito mais.

(17) 3344.2300 • Bebedouro

www.ferticitrus.com.br

Indústria processadora aumenta o preço pago pela caixa da laranja aos produtores

A falta de estoque para o abastecimento do mercado internacional e a necessidade da fruta obrigam a indústria a melhorar a oferta ao produtor.



Valorização – Com a disparada do preço do suco no mercado internacional e a falta de estoque das indústrias, produtores já negociam a fruta por R\$ 10 no portão.

O preço pago pela indústria, pela caixa de 40,8 kg ao citricultor, registrou reação, antes do esperado, pelo setor produtivo. “Eles melhoraram os preços ainda na colheita da fruta precoce, o que significa que a falta de estoque e a necessidade do cumprimento de contratos internacionais obrigaram as indústrias a repensarem os valores pagos aos produtores”, diz o presidente da Associtrus, Flávio Viegas, acrescentando que “a orientação da associação é para que o produtor aguarde pacientemente o andamento das negociações que tendem a melhorar ainda mais”.

Os preços no portão já estão acima dos R\$ 11 e os novos contratos são fechados, no mínimo, a US\$ 5. Ao contrário da última safra, as indústrias têm recebido todas as variedades de laranjas e iniciaram o processamento mais cedo. “Eles

estão esmagando tudo e isso é muito positivo para o produtor, o dono da fruta. O momento é de prudência, já que muitos contratos poderão ser fechados a preços animadores”, observa Viegas.

Apesar das negociações entre produtores e indústrias não terem avançado de acordo com as expectativas da Associtrus – na última reunião em São Paulo a oferta da Cutrale foi de adicional de US\$ 1 por caixa –, a associação espera que acordos amigáveis para a renegociação de contratos apresentem resultados positivos e, caso isso ocorra, eles serão retroativos às frutas já colhidas nesta safra.

A recomendação é para que os citricultores não façam negociação particular sem o acompanhamento da Associtrus, evitando assumir condições desfavoráveis num futuro próximo.

Associtrus participa da 28ª Semana da Citricultura

O presidente da Associtrus, Flávio Viegas, apresentou dados atuais da realidade da citricultura paulista e informou os produtores quanto às negociações que envolvem a associação, o governo e as indústrias processadoras, dia 8 de junho, na 28ª Semana da Citricultura.

Com o auditório lotado, Viegas expôs as reivindicações da Associtrus que, desde o início do ano, luta pela renegociação dos contratos vigentes e a elaboração do Consecitrus. Com gráficos e estudos que comprovam os atuais custos de produção (estimado em R\$ 15 pela Associtrus),

a diminuição do parque citrícola, a evolução das exportações e a queda da remuneração do citricultor, Viegas conquistou a credibilidade do setor produtivo e mais apoio ao trabalho da associação.

A Associtrus também realiza em diversos municípios citrícolas reuniões com o objetivo de informar os produtores quanto aos preços e condições de mercado.

Produtores de Cajobi, Paraíso e Bebedouro participaram de encontros realizados pela Associtrus em seus municípios

A associação também oferece apoio jurídicos aos seus associados.



Prestígio – Auditório lotado na palestra do presidente da Associtrus, Flávio Viegas, na 28ª Semana da Citricultura, em Cordeirópolis.

Operação Fanta tem primeiro processo julgado procedente

O processo da Coinbra, referente à apreensão de documentos na sede da empresa na Capital Paulista, dia 24 de janeiro, na Operação Fanta, foi julgado procedente pela 3ª Vara da Justiça Federal da Capital. A abertura dos documentos da Coinbra de São Paulo está a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que ainda não se pronunciou sobre o caso.

A cópia da sentença está no site www.tr3.gov.br.

Presidente na posse do novo ministro da Agricultura

O presidente da Associtrus, Flávio Viegas, participou dia 3 de julho, no Palácio do Planalto, da posse do novo ministro da Agricultura, Luiz Carlos Guedes Pinto. O novo ministro da Agricultura afirmou que pretende dar prosseguimento ao trabalho desenvolvido pelo ex-ministro Roberto Rodrigues nos últimos três anos e meio e que vai procurar avançar na consolidação dos projetos por Rodrigues.

Guedes enfatizou a necessidade de reduzir o desequilíbrio na relação entre produtores e processadores de produtos agropecuários, buscando-se uma distribuição mais equitativa da riqueza do setor. O ministro garantiu que, a exemplo de Rodrigues, manterá as portas do Mapa abertas a todos.

Pesquisadores da Unesp e Grand Valley State University visitam sede da Associtrus

Para entender a relação citricultor/agronegócio paulista, os professores-doutores e pesquisadores da Unesp, Cliff Welch e Bernardo Mançano Fernandes, dia 29 de junho, visitaram a Associtrus.

Acompanhados dos diretores da entidade, eles conheceram pequenos, médios e grandes produtores, para um comparativo da cadeia citrícola da Flórida (EUA) e de São Paulo. "Estamos pesquisando o quanto o agronegócio, enquanto agroindústria, exclui os pequenos produtores de suas atividades. A concentração de renda é uma das principais causas do desequilíbrio nas cadeias pesquisadas", observa Cliff. "Para nós, é um prazer recebê-los e colaborar com informações referentes aos seus estudos. A pesquisa deles trará horizontes novos para a citricultura paulista", diz o vice-presidente da Associtrus, Douglas Kowarick.

O amor dos pequenos produtores por suas terras e a esperança na retomada dos preços pagos pela indústria chamou a atenção dos pesquisadores. "São produtores que deixam de investir no consumo próprio



Pesquisa - Renato Queiroz, Flávio Viegas, Cliff Welch, Douglas Kowarick e Bernardo Mançano Fernandes, na sede da Associtrus, em Bebedouro.

para se manterem na citricultura. Eles acreditam no valor da terra, na recuperação da renda e, em função disso, trabalham com muito empenho",

observa Cliff, acrescentando que, "diferente da Flórida - onde o preço da terra é supervalorizado e as indústrias não investem na formação

de pomares próprios -, em São Paulo, os produtores enfrentam a concorrência da produção com as processadoras".

A dificuldade dos municípios citrícolas não passou despercebida. "Os municípios empobreceram desde os anos de 1990, quando houve mudança significativa na cadeia citrícola, com a concentração da renda nas mãos de apenas um elo da cadeia, constata Cliff.

A abertura de novos mercados surgem como alternativa para os pequenos citricultores. "Os produtores da Flórida têm medo da competição de São Paulo. Mas eles encontram espaço num mercado novo e crescente, o de suco natural. Nos Estados Unidos, há vários tipos de sucos. Estes têm vitaminas, cálcio e proteínas e fazem com que os americanos consumam cada vez mais", assegura Cliff.

A pesquisa dará uma nova visão para os produtores. "Queremos mostrar exemplos da Flórida que devem ser evitados em São Paulo e vice-versa", afirma Cliff.

A pesquisa deve ser concluída em outubro.

Eleita a diretoria da Amcisp para o biênio 2006/2007

Eleita a diretoria da Amcisp (Associação dos Municípios Citrícolas) para o biênio 2006/2007: Kal Machado, presidente; Davi Peres Aguiar, vice-presidente; Flávio de Carvalho Pinto Viegas, secretário; João Pedro Gomieri, diretor de assuntos institucionais; e Antônio Carlos Mendes Thame, presidente do Conselho. Instituída também comissão que, em 10 dias, deverá apresentar nomes para a composição do conselho e dos demais cargos da diretoria (tesoureiro, programas especiais e jurídico).

As metas da nova diretoria estão centradas nas negociações de reajuste de preço da caixa de laran-

ja, na elaboração do Consecitrus, na ampliação do mercado interno, na elaboração do Geosafra na citricultura e na reabertura de unidades industriais desativadas.

O trabalho da Amcisp será realizado em parceria com a Associtrus. "Podemos dizer que somos o irmão mais novo da Associtrus. A Amcisp tem metas políticas voltadas para a movimentação de prefeitos, vereadores, deputados etc. em favor da causa citrícola. Precisamos unir forças para que os municípios citrícolas cresçam e se desenvolvam social e economicamente", diz o presidente da Amcisp, Kal Machado.



Perspectivas - O presidente eleito da Amcisp, Kal Machado, e o presidente da Associtrus, Flávio Viegas: trabalho conjunto em favor da citricultura.

União, confiança,
qualidade, solidez,
oportunidades e produtividade.

A Coopercitrus
completa 30 anos
de trabalho sério para fortalecer
seus cooperados com benefícios exclusivos.

Parabéns cooperado,
você construiu esta história de sucesso!



Aluguel de equipamentos agrícolas beneficia produtores de Cajobi

Projeto Patrulha Agrícola Mecanizada objetiva incentivar a manutenção da citricultura em municípios de pequeno e médio portes.

O projeto Patrulha Agrícola Mecanizada, desenvolvido pela prefeitura de Cajobi e gerenciado pela Casa da Agricultura do município, beneficia 183 citricultores.

Um trator TL 75E New Holand, um turbo atomizador, uma carreta distribuidora de calcário e adubo, uma roçadeira dupla ecológica, uma carreta de duas rodas e um tanquinho de 400 litros para herbicida podem ser alugados por R\$ 30/hora o conjunto (trator + um equipamento) ou R\$ 50/dia o equipamento individual.

"Estes valores já incluem a despesa com combustível e com operador cedido pela prefeitura. Os custos são 50% menores quando comparados com o aluguel particular. O pagamento é feito através de guia de recolhimento, paga diretamente na Nossa Caixa", diz o agrônomo da Casa da Agricultura de Cajobi, Carlos Eduardo da Silva.

Para alugar os equipamentos, o produtor precisa ir à Casa da Agricultura com 15 dias de antecedência. "Acertamos o número de horas e, no dia agendado, levamos o equipamento à propriedade. Caso a quantidade de horas ultrapasse o combinado, o produtor paga o excedente com uma guia complementar. O processo é rápido e sem burocracia", observa Carlos.



O projeto é viabilizado pelo Ministério da Agricultura e pode ser implantado em qualquer município agrícola. "Sua implantação depende muito mais da vontade política dos prefeitos do que de questões técnicas. Com uma contrapartida de, no mínimo, 3% da prefeitura, um município de pequeno porte tem condição de receber o Patrulha Agrícola", informa Carlos.

O direcionamento do projeto

para a citricultura surgiu da necessidade de manter a atividade em Cajobi. "Há dez anos, a produção de citros no município era de 4,5 milhões de caixas; hoje são apenas 1,8 milhão, nossos pomares são substituídos pela cana-de-açúcar, em função das dificuldades enfrentadas pelo pequeno produtor", explica Carlos.

O prefeito de Cajobi, Dorival Sandrini, observa a importância da citricultura para o município. "A citricultura é extremamente importante para a economia de Cajobi, porque ela distribui melhor a renda e gera arrecadação muito mais expressiva. O projeto quer ajudar o pequeno produtor e, conseqüentemente, fazer com que o município também volte a crescer economicamente", salienta Dôra.

Os produtores estão satisfeitos com o incentivo. "O pequeno produtor, esmagado pela política industrial, não tem condições de investir na compra de um trator ou de outro equipamento, por isso, com o aluguel das máquinas, mantemos alguma esperança de continuar na citricultura. A prefeitura e a Casa da Agricultura têm exercido papel fundamental nesse sentido", diz o produtor José Geraldo Menésio, presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural.

Cajobi tem 10 mil habitantes e 327 propriedades agrícolas.

Definido prêmio pago ao produtor de laranja

Definido dia 4 de agosto, em reunião na sede da Faesp (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo), entre citricultores e a indústria de processamento, acordo sobre o valor do adicional a ser pago nos contratos de fornecimento da matéria-prima para a safra 2006/07. A negociação, feita a pedido dos produtores, leva em conta os ganhos da indústria depois da passagem do furacão Wilma pela Flórida, nos EUA, em outubro de 2005, que provocou forte alta nas cotações do suco de laranja concentrado e congelado negociados no mercado futuro de Nova York.

A Associtrus cobrou um posicionamento do senador Aloizio Mercadante, mediador do governo nas negociações, dia 2 de agosto, em Brasília. Na ocasião, o senador confirmou que o acordo sairia nos próximos dias e garantiu que o adicional seria de US\$ 1,20, o que não aconteceu.

A associação espera que as negociações tenham seqüência com a elaboração do Consecitrus, modelo de contrato que objetiva harmonizar as relações entre produtores e indústrias.

Pelo acordo fechado hoje, nenhum produtor deverá receber menos de 4 dólares pela caixa de laranja com 40,8 kg. Para calcular o valor do prêmio a ser pago sobre os contratos fechados para esta safra 2006/07, a indústria considerou o preço do suco em Nova York, a taxa do dólar antes da passagem do furacão e o rendimento de 240 caixas para cada tonelada de suco produzida. O resultado dessa fórmula é o valor do bônus a ser pago aos produtores.

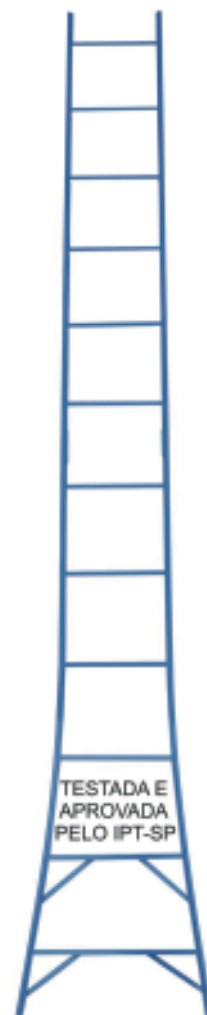
Para os contratos entre 4 dólares e 4,50 dólares, o valor do adicional a ser pago varia de 4 a 20 centavos de dólar. Se o cálculo do adicional superar os 20 centavos, valerá o valor definido pela fórmula fechada no acordo de hoje.



Resultado – Associtrus vai a Brasília cobrar posicionamento do senador Aloizio Mercadante nas negociações entre produtores e indústrias. Trabalho da associação tem resultado considerando o fechamento do acordo.

ESCADAS CADIOLI

"Evite a contaminação do seu pomar com doenças cítricas. Tenha o seu próprio material de colheita."



TESTADA E APROVADA PELO IPT-SP



CADIOLI
IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.

Matão - SP

Fone 0800 11 1270

www.cadioli.com.br

cadioli@cadioli.com.br